



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE BIOLOGIA/CIÊNCIAS E A TEMÁTICA GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA

Leandro dos Santos¹

Resumo: A formação dos professores de ciências tem sido pensada como uma tentativa de produzir um profissional que compreenda as mudanças dos sistemas produtivos, que seja capaz de problematizar os desafios produzidos pela sociedade “multimídia e globalizada”. Assim, este artigo tem como objetivo dialogar sobre a temática gênero e sexualidade na formação de professores de Ciências, as lacunas existentes e os desafios encontrados na prática no ambiente escolar. Para isto fez-se uso de revisão bibliográfica e documental com abordagem qualitativa. O conhecimento sobre a temática gênero e sexualidade está incluso na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de maneira explícita e/ou implícita, concentrado na seção destinada às Ciências da Natureza, especificamente ao componente curricular Ciências, e são ausentes nas demais áreas do conhecimento. A formação de professores de ciências para lidar com gênero e sexualidade na escola encontra-se numa sociedade moderna tecnicizada, onde está o indivíduo treinado, pedagogizado pela escola, a qual a partir do discurso almeja normatizar, controlar vidas, subjetividades. A formação de professores de Biologia/Ciências deve proporcionar uma prática que inclua a diversidade de gênero, o questionamento dos currículos tradicionais, promoção de diálogos críticos, desmistificação de conceitos de sexo e gênero, e abordagem de temas sobre sexualidades e identidades não-binárias.

Palavras-chave: Formação de Professores; Ciências; Gênero; Sexualidade; Escola.

INTRODUÇÃO

A temática gênero e sexualidade se na educação insere-se no contexto da formação inicial de professores da Educação Básica, que de acordo com o Art. 2, § 3º (MEC, 2024) “[...] deverá considerar a integralidade do sujeito em formação e do próprio fenômeno educativo, articulando as dimensões científica, estética, técnica e ético-política inerentes aos processos pedagógicos”.

A formação de professores tem que assumir o seu caráter profissional, porque formar professores é formar para uma profissão. Uma profissão não se define pelo seu caráter prático, mas sobretudo pelas suas dimensões teóricas, culturais, simbólicas, sociais, políticas; logo, formar professores como profissionais é formar para a diversidade destas dimensões. (Nóvoa, 2024)

A formação dos professores de ciências tem sido pensada como uma tentativa de produzir um profissional que compreenda as mudanças dos sistemas produtivos, que seja capaz de problematizar os desafios produzidos pela sociedade “multimídia e globalizada”, em que o rápido desenvolvimento, científico e tecnológico, torna permanente a reconstrução de conhecimento, saberes, valores e atitudes. (Freitas; Villani, 2002)

¹ Mestre em Educação, Secretaria de Desenvolvimento Ambiental de Rondônia/RO - (SEDAM), leandrobiosantos7@gmail.com.



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

Assim, este artigo tem como objetivo dialogar sobre a temática gênero e sexualidade na formação de professores de Ciências, as lacunas existentes e os desafios encontrados na práxis no ambiente escolar.

METODOLOGIA

Minayo (2009, p. 16), “Os conhecimentos que foram construídos cientificamente sobre determinado assunto, por outros estudiosos que o abordaram antes de nós e lançam luz sobre nossa pesquisa, são chamados *teoria*”. Assim, este artigo, de abordagem qualitativa, tem como objetivo dialogar sobre a temática gênero e sexualidade na formação de professores de Ciências, as lacunas existentes e os desafios encontrados na práxis no ambiente escolar. Para isto fez-se uso de revisão bibliográfica que consiste no uso e análise de documentos de domínio científico, tais como livros, teses, dissertações e artigos científicos (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009).

Também foi utilizado pesquisa documental, que tem os documentos como fonte e objeto de estudo e investigação, os quais podem ser diversos, indo além de textos escritos e não escrito, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres. Eles são utilizados como fontes de informações, indicações e esclarecimentos com o objetivo de elucidar determinadas questões e servir de prova para outras. (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009).

DESENVOLVIMENTO

O discurso escolar não é neutro, mas atua como um espaço de produção e reprodução dos significados sociais do gênero, e colabora na formação de identidades que tendem a estar alinhadas com os discursos hegemônicos, o que pode limitar o reconhecimento das diversidades e reafirmar desigualdades. (Silva; Duarte, 2023)

Os professores tem dificuldade em discutir a temática gênero e sexualidade devido ao desconhecimento, valores pessoais, aspectos religiosos ou medo da resistência por parte da comunidade escolar, o que contribui para que práticas preconceituosas e a ausência de discussão sobre a diversidade. Tem-se assim, uma escola que reforça modelos padrão, priorizando conteúdos que eliminam ou minimizam a variedade de identidades e orientações sexuais, mantendo o status quo sexista e heteronormativo (Viana; Pastoriza, 2020).



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

No currículo de Biologia predominam discursos essencialistas e biologicistas que sustentam a ideia de uma "natureza" fixa e natural do corpo, do sexo e do gênero. Esses discursos reforçam uma visão heteronormativa, apoiando a percepção de que há formas naturais e universais de sexualidade e identidade de gênero, frequentemente vinculadas a categorias binárias de masculinidade e feminilidade. (Souza; Dornelle; Meyer, 2021)

A pesquisa de Gesser, Oltramari e Panisson (2015) identificou que os professores, na sua maioria, não tiveram acesso à formação inicial e nem à formação continuada relacionada às temáticas gênero e sexualidade com base em uma perspectiva voltada à garantia dos direitos humanos. Além não conhecerem os documentos oficiais que norteiam a atuação em sala de aula sobre tais temas. Por isso a necessidade de rever os currículos dos cursos de graduação de modo que eles abranjam conhecimentos relacionados a gênero e sexualidade e políticas educacionais.

A temática gênero e sexualidade no contexto escolar requer uma práxis fundamentada na teoria e prática, como forma de mediação do conhecimento, porque:

[...] o conhecimento resulta de interações entre sujeito e objeto, sendo o sujeito parte ativa e interessada no processo do conhecimento, portador de um patrimônio cultural que contém valores, princípios e interesses, portanto, um sujeito não neutro. Decorre desta compreensão, a posição que as pesquisas atribuíram a alunos e professores no processo do conhecimento, valorizando cada vez mais os conhecimentos prévios dos alunos, as práticas docentes e suas concepções epistemológicas e pedagógicas, as quais podem ser detectadas em diferentes formas nas pesquisas analisadas. (Slongo, 2004, p. 291).

O conhecimento norteador sobre a temática gênero e sexualidade está incluso na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de maneira explícita e/ou implícita, concentrado na seção destinada às Ciências da Natureza, especificamente ao componente curricular Ciências, e são ausentes nas demais áreas do conhecimento, sendo que o documento oficial a associa a conceitos vinculados à saúde e à qualidade de vida. (Silva; Brancaleoni; Oliveira, 2019)

Mesmo havendo uma orientação para que seja feita uma abordagem transversal das mesmas, esta geralmente é feita de forma exclusivamente biológica, em diálogo mais restrito com uma literatura oriunda da saúde reprodutiva, onde o estudo do corpo é delegado ao campo da biologia (Louro, 2001; Altmann, 2005); se restringindo às aulas de ciências e biologia (Barros; Ribeiro, 2012). Assim é que se aponta para a desconsideração de questões referentes ao cotidiano do/a aluno/a, às experiências e indagações que surgem no seu dia a dia; ou seja, seriam deixados



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

de lado processos vividos referentes à sexualidade e aos vínculos afetivos, tais como as experiências de iniciação sexual, *ficar* e namorar, virgindade, afetividade, homossexualidade, homofobia e preconceitos, entre outros (Britzman, 2001); (Lima; Siqueira, 2013)

As relações de gênero e sexualidade no espaço escolar é pouco relevante entre os docentes, diretores, professores, coordenadores, entre outros. (Araujo; Rossi; Teixeira, 2019); (Pereira; Pereira; Feldens, 2021). Por isso as ciências e suas significações devem ser relativizadas e questionadas, pois as questões que tangem identidades sexuais e de gênero “precisam ser problematizadas frente à relação íntima entre epistemologia e poder” (Souza; Dinis, 2010, p. 123).

Nos espaços escolares, o conservadorismo restringe o debate sobre sexualidade. Por consequência, esta omissão gera falta de conhecimentos nos jovens e dificulta a percepção dos jovens sobre as identidades e diversidade sexuais presentes, sustentando o preconceito ou opiniões equivocadas (Trentim; Vieira, 2019). Por isso considera-se imprescindível que os docentes possuam uma formação apropriada no que diz respeito às questões de gênero e sexualidade, tendo em vista o seu papel social, como um profissional possuidor de um pensamento crítico e respeitoso pela diversidade humana (Nogueira; Ferreira; Barbosa, 2019; Pereira; Pereira; Feldens, 2021).

Segundo Gesser, Oltramari, Cord e Nuernberg (2012), o lugar que o tema “sexualidade” ocupa na formação inicial de professores é insuficiente; os docentes responsáveis por tal formação têm pouco conhecimento sobre o assunto; há uma inabilidade dos professores para abordar a temática que, quando ocorre, se dá muitas vezes em função da manifestação de interesse dos alunos, em uma perspectiva espontaneísta e próxima do senso comum, utilizando como recurso, principalmente, palestras, sendo esta pontual e não continuada (Chaves; Kertzman, 2021).

Há ausência dos temas sexualidade e gênero nos cursos de formação inicial de professores de Ciências e Biologia (Bonfim, 2009), assim, há necessidade de incluir discussões sobre essa temática na licenciatura. O enfoque deve superar o reducionismo e possibilitar refletir sobre discursos discriminatórios que rotulam os sujeitos, baseando-se na existência de uma “identidade hegemônica natural” (Souza; Dornelles; Meyer, 2021; Mendes; Soares; Coelho, 2021)

As relações de gênero e sexualidade a partir do enfoque crítico pode contribuir para reflexões sobre as práticas educativas, principalmente no ensino das Ciências, haja vista a necessidade da superação de um senso comum pedagógico (Delizoicov; Angotti; Pernambuco, 2011). Quirino (2014) ressalta a necessidade da transversalidade da temática, entendendo que por



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

tratar de questões sociais, sua complexidade não permite que sejam abordadas por uma área de saber específico (Cordeiro; Santos, 2022).

O ensino escolar tem uma forte presença de discursos baseados em princípios sexistas e patriarcais, que se apoiam em relações de poder e cultura tradicional, reforçando estereótipos e evitando o debate aberto e crítico sobre questões de gênero e sexualidade. Assim, reforça preconceitos ao não promover uma abordagem crítica, plural e contextualizada, que desconstrua os estereótipos e valorize a diversidade, limitando o desenvolvimento de uma visão mais inclusiva e equitativa sobre gênero e sexualidade (Viana; Pastoriza, 2020).

Há normas de gênero e sexualidade nas escolas com forte ênfase na biologia do sexo, resistências culturais e políticas conservadoras, discursos de ameaça à diversidade, limitações nas políticas curriculares e a influência de discursos voltados à manutenção de papéis tradicionais, as quais dificultam a promoção de uma abordagem educacional que valorize a diversidade e questiona as normas de gênero (Cardoso; Guarany; Aragão; Unger, 2019).

As principais barreiras para uma educação sobre diversidade sexual e de gênero na escola incluem a falta de formação específica de professores, preconceitos e valores religiosos enraizados na prática educativa, resistência cultural e social, além do medo de repreensão por parte dos responsáveis e a ausência de materiais de apoio adequados (Viana; Pastoriza, 2020).

A (re)ação ofensiva conservadora fundamentalista que tem por inspiração ideais religiosos é digna de atenção, já que constitui ameaça a efetivação de direitos humanos e do próprio direito à educação. Ao lançar mão de diferentes estratégias de ação, impedem o avanço da formação docente em diversidade sexual e campos correlatos, questionando o conhecimento científico acumulado e criminalizando profissionais ao mesmo tempo em que se utiliza de falácias, engodos e falsa neutralidade política (Santos; Santos, 2019).

Os principais obstáculos enfrentados pelos professores ao discutir a temática de gênero e sexualidade em sala de aula incluem resistências de diferentes atores da comunidade escolar, preconceitos que os estudantes trazem de casa, falta de formação específica, e imposições do contexto institucional. As resistências podem vir de colegas docentes, da direção da escola, familiares, ou até de alunos, que muitas vezes demonstram preconceitos relacionado às questões de gênero. O perfil tradicional de algumas escolas, a curto tempo de aula, e a disciplina dos estudantes, dificultam a introdução de conteúdos transversais e debates sobre gênero (Silva, 2019).



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

Além disso, pode haver resistência especialmente de professores e familiares mais conservadores ou contrários às discussões de gênero e sexualidade, os quais percebem o tema como "ideologia" ou uma ameaça aos valores tradicionais. Há também a resistência de alunos mais jovens que podem não compreender a importância ou a naturalidade do tema, bem como a percepção de que há dificuldades de conciliar o conteúdo curricular com a abordagem de temas de gênero devido à carga horária e à disciplina; assim como preconceitos, limites na formação e insegurança docente, além de aspectos institucionais e culturais (Silva, 2019).

As principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes licenciandos para discutir sexualidade incluem a falta de preparo e de conhecimentos específicos, devido à insuficiência de disciplinas dedicadas ao tema, e a ausência de metodologias adequadas para abordar a sexualidade de forma científica e não moralista. Muitos estudantes relatam que não se sentem familiarizados com o tema, tendo que buscar estudar por conta própria, para poder atuar de forma mais segura e eficaz em sala de aula (Macedo; Cardoso, 2021).

Embora haja avanços teóricos e discussões na área, grande parte das disciplinas relacionadas a temática gênero e sexualidade permanecem como disciplinas opcionais ou estão ausentes no currículo de muitos cursos de formação, sendo ministradas de forma fragmentada e muitas vezes sem aprofundamento necessário. Além disso, predominam práticas pedagógicas baseadas no paradigma tradicional, que tendem a silenciar vozes que destoam de modelos heteronormativos e a reproduzir estereótipos. Sendo assim, ainda predomina uma abordagem insuficiente na formação inicial, com grande necessidade de inclusão mais efetiva e sistemática dessas temáticas nos currículos docentes, além de práticas pedagógicas que promovam o respeito e o reconhecimento das diversidades sexual e de gênero (Rios; Dias, 2020).

A formação ainda é marcada pela resistência institucional e por uma abordagem limitada, muitas vezes restrita a aspectos sanitários, o que reforça a dificuldade de discutir questões relacionadas às dimensões biológicas, sociais e culturais da sexualidade, além de contribuir para a perpetuação de estereótipos e preconceitos. Desse modo, a principal dificuldade está na formação teórica e metodológica insuficiente, que influencia na capacidade dos estudantes de abordar esses temas de maneira abrangente (Macedo; Cardoso, 2021).

Os autores Rios e Dias (2020) sugerem que os cursos de licenciatura ampliem e revisem o currículo para inserir temas de diversidade de gênero e sexualidade, com disciplinas obrigatórias



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

específicas. Além disso, é importante promover práticas pedagógicas e ações de reflexão que desconstruam estereótipos, começando na Educação Infantil, e incentivar a formação contínua dos professores para uma educação mais inclusiva e democrática.

A temática gênero e sexualidade no contexto escolar deve considerar que “educar exige um claro posicionamento político e pedagógico, pressupõe a ação intencional do educador a todo o momento, implica permanentes tomadas de decisões” (Martins, 2015, p. 5). A práxis pedagógica, métodos de ensino, materiais/recursos/tecnologias didáticos não pode ser explicada apenas por questões práticas ou técnicas, mas pela articulação complexa de questões sociais, políticas, históricas e econômicas (Echalar; Paranhos; Guimarães, 2020).

Silva e Duarte (2023) propõem ideias para combater a intolerância e promover uma maior inclusão e reconhecimento da diversidade nas escolas:

- I) **Incorporar temáticas de gênero nos currículos de formação:** É fundamental que tanto na formação inicial quanto na contínua dos docentes sejam incluídos conteúdos, metodologias e reflexões sobre gênero, com o objetivo de sensibilizar e preparar os professores para atuar em situações de violência, preconceito e discriminação.
- II) **Desenvolver ações afirmativas desde os primeiros anos escolares:** É necessário promover ações que reconheçam e potencializem as diversidades desde os níveis iniciais, favorecendo a percepção das diferenças como potencialidades de igualdade. Isso implica entender a escola como um espaço de construção de identidades e papéis que devem respeitar e valorizar as diferenças de gênero, classe, raça e etnia.
- III) **Reestruturar os currículos para repensar os papéis e identidades de gênero:** Sugere-se que a escola seja vista como um espaço que pode ajudar a reconfigurar os conceitos de gênero, questionando os papéis tradicionais e promovendo a igualdade e o respeito pelas diversidades.
- IV) **Desafiar os discursos hegemônicos e binários:** Há a necessidade de dismantlar os binarismos culturais e os discursos que naturalizam e legitimam formas tradicionais de ser e estar no mundo. Isso implica promover abordagens menos rígidas e mais adequadas à contemporaneidade, que permitam a construção de identidades plurais e diversas.
- V) **Tornar visíveis e ouvir as vozes silenciadas:** É importante que a escola seja um espaço de escuta ativa, incluindo as vozes de corpos e sujeitos silenciados ou domesticados pela instituição, para promover mudanças nas relações de poder e nos discursos institucionais relacionados a gênero e diversidade.

Os autores destacam a importância da formação docente, da revisão curricular e da criação de ambientes educativos que reconheçam e respeitem as diversidades como estratégias essenciais para combater a intolerância nas escolas, sendo a questão de gênero e sexualidade importante de ser abordada desde as séries iniciais do ensino fundamental.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Louro (2016) a sexualidade somente tornou-se uma questão nos dois últimos séculos e, desde então tem sido alvo de vigilância e controle. Para ela, a maior visibilidade atual das minorias sexuais tem efeitos contraditórios porque alguns setores passam a demonstrar aceitação da pluralidade sexual enquanto outros renovam e recrudescem seus ataques.

Sexo é geralmente entendido como uma categoria biológica, referindo-se às características anatômicas e fisiológicas que diferenciam machos e fêmeas. No entanto, o conceito de gênero vai além do aspecto biológico, sendo uma construção social e cultural. Gênero abrange as dimensões da organização social e simbólica, enfatizando a fluidez das relações de poder e a construção discursiva das identidades. A sexualidade, por sua vez, é um conceito complexo e multifacetado que não se limita ao ato procriativo ou à heteronormatividade. É uma forma de criar vida, inventividade e criatividade, englobando o exercício de prazeres corporais e os discursos sobre o permitido e o proibido. Gênero e sexualidade são intrinsecamente relacionados, mas distintos, e ambos são influenciados pela interação entre o biológico e o social, sendo experienciados de maneira única em cada momento histórico e contexto social (Ramalho *et al.*, 2020).

O ambiente escolar é crucial na formação das identidades e na socialização. É nesse espaço que ocorrem muitas das primeiras interações sociais significativas e onde noções socioculturais, incluindo as de gênero e sexualidade, começam a ser moldadas e desafiadas. A escola é um local de encontro com uma vasta diversidade humana (religiosa, de gênero, étnico-racial, de classes sociais), tornando-se um locus para o desenvolvimento da subjetividade humana, especialmente na infância e adolescência. Além de formar seres pensantes, a escola também permeia a formação voltada a modelos de comportamento e corpos, o que torna a discussão sobre gênero e sexualidade imprescindível para a formação global do indivíduo (Morando; Souza, 2019)

Há uma precariedade na oferta de oportunidades de formação inicial e continuada para professores sobre gênero e sexualidade, bem como na inserção desses temas no ambiente escolar. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1997, tinham uma abordagem mais ampla, mas foram subaproveitados, com sua implementação dependendo extensivamente de escolas e professores. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por sua vez, aborda o termo "gênero" apenas ligado ao texto (gênero textual) e a sexualidade sob uma perspectiva médica, ignorando aspectos sociais e culturais. Os cursos de formação inicial de professores apresentam



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

silenciamentos sobre esses temas, resultando em um despreparo docente para lidar com a diversidade de sexualidades e expressões de gênero presentes na escola. (Morando e Souza, 2019)

A inclusão da temática de gênero e sexualidade nos currículos de formação de docentes pode ser efetivada por meio de duas ações complementares: o ensino teórico sobre esses tópicos e a análise de exemplos concretos de como as relações de gênero se manifestam no cotidiano da sociedade. Iniciativas como o curso "Gênero e Diversidade na Escola", proposto pelo Ministério da Educação (MEC), são exemplos de tentativas de integrar essa formação. Além disso, é crucial questionar por que os Temas Contemporâneos Transversais (TCT) são pouco abordados teoricamente na formação inicial. (Morando e Souza, 2019)

Coelho e Campos (2015, p. 895) nos lembram de que “Os professores de ciências são, muitas vezes, os únicos profissionais reconhecidos como aptos a abordar temas relacionados à sexualidade com os alunos”. Contudo, Dinis e Cavalcanti (2008) em um trabalho com foco sobre docentes destas disciplinas, relatam que a maioria das(os) alunas(os) afirma que diversidade sexual não foi um tema abordado. (Santos e Santos, 2019). Conforme Vencato (2015, p. 17).

[...] não é novidade nos cursos de licenciatura a ausência, para a formação de docentes, de subsídios que lhes proporcionem a construção de um arcabouço teórico-metodológico que os ajude a lidar com as diferenças. Essa ausência se amplia ainda mais quando a diferença refere-se a questões de gênero e das sexualidades – ou orientações sexuais, tema mais comumente (re)conhecido na arena das políticas públicas.

Vencato (2015, p. 13) verificou que, se por um lado a ideia de que é necessário se posicionar quando uma diferença se evidencia na escola é clara, por outro é rara a compreensão de que o debate acerca do respeito às diferenças é parte do trabalho docente e que “deve acontecer de modo contínuo, independente de existirem sujeitos da escola que se identifiquem ou que sejam identificados como ‘fora da norma’” (Santos; Santos, 2019).

As disciplinas escolares como Ciências e Biologia são estratégias de poder/saber que organizam e "traduzem" o conhecimento científico para produzir tipos de subjetividades específicas. Elas não são neutras e têm finalidades estratégicas, atendendo a demandas sociais e políticas. Além disso, essas disciplinas defendem uma noção biológica e universalizante do organismo, que tende a desconsiderar a historicidade e as implicações culturais na configuração do corpo e a existência das diferenças. Apesar de reconhecerem a necessidade de uma abordagem ampla (biológica e social) da sexualidade e o corpo a partir das vivências dos alunos, as práticas



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

pedagógicas ainda se centram em explicações biológicas e na memorização de conhecimentos, focando nos riscos à saúde, DSTs e gravidez na adolescência (Xavier; Dias, 2023).

A BNCC apresenta lacunas significativas e um caráter majoritariamente tecnicista no ensino de Ciências e Biologia, sem compromisso com problemas sociais como a desigualdade de gênero e as violências dela derivadas. A discussão de gênero está ausente nos conteúdos de Ciências e Biologia tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio. Essa ausência é atribuída a aspectos políticos, ideológicos e econômicos que permearam a formulação da Base, influenciada pelo neoconservadorismo, setores religiosos fundamentalistas (como a "Bancada da Bíblia"). O documento reflete a visão de educação de classes social e economicamente privilegiadas, focada na formação técnica em detrimento de uma formação mais ampla e crítica. Essa abordagem representa um retrocesso em comparação a documentos curriculares anteriores, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de 1997 e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de 2013, que já abordavam a necessidade de considerar as diferenças de gênero e o respeito à diversidade (Vicente *et al.* 2024)

Dinis e Cavalcanti (2008, p. 104) também apontam para a ausência desses estudos e para “a necessidade de serem destinados mais momentos para as discussões sobre sexualidade, diversidade sexual e gênero dentro da universidade”. Há crítica feita à abordagem atual do corpo e da sexualidade nos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas, porque embora haja o reconhecimento e a defesa da necessidade de uma abordagem social do corpo e da sexualidade, as práticas de ensino-aprendizagem continuam fortemente associadas a discursos biológicos, anatômicos, fisiológicos e médicos. O foco predominante ainda é a prevenção de doenças e da gravidez, desconsiderando a dimensão cultural, as experiências de vida dos alunos e a diversidade de corpos e sexualidades. Há um descompasso entre a teorização que busca uma abordagem mais ampla e as práticas pedagógicas efetivas, que permanecem presas a uma visão biologicista e universalizante (Xavier; Dias, 2023).

Os docentes, ao abordar o corpo e a sexualidade em sala de aula têm dificuldade relacionada aos tabus, preconceitos, questões morais e religiosas, e a necessidade de uma abordagem ampla e multicultural que vá além da perspectiva biológica. O desafio é vincular o "corpo do livro didático" ou "da Biologia" com o corpo e as vivências dos próprios estudantes, buscando romper com um ensino cartesiano e fragmentado que distancia o corpo de sua



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

representação multidimensional e do contexto social do aluno. A falta de preparo dos professores na formação inicial e continuada é um obstáculo recorrente para a abordagem das temáticas. Os professores de Ciências são, muitas vezes, os únicos profissionais reconhecidos como aptos a abordar temas relacionados à sexualidade, mesmo sentindo insegurança e dificuldades em ir além dos aspectos morfo-fisiológicos (Xavier; Dias, 2023; Vicente *et al.* 2024).

A escola é frequentemente identificada como um espaço de reprodução da heteronormatividade e da discriminação, onde corpos e identidades que fogem aos padrões binários são silenciados ou marginalizados. Estudantes, especialmente aqueles que se identificam como não-binários, relatam sentir-se não representados nas aulas de Biologia e na dinâmica escolar em geral. Isso afeta a construção de suas identidades e o processo de ensino-aprendizagem, podendo levar a um sentimento de nulidade (Vicente *et al.* 2024)

A representatividade de diversas identidades de gênero e sexualidade é importante no ambiente escolar porque a socialização é uma dimensão fundamental na constituição das identidades. Quando os estudantes não se veem representados nos conteúdos, na linguagem utilizada ou nos agentes escolares, isso pode gerar um "vácuo identitário", baixa autoestima e a sensação de não serem "normais" ou dignos de existência. A representação vai além de um gênero historicamente inferiorizado (o feminino), abrangendo a multiplicidade de gêneros e sexualidades que surgem com as novas experiências. A ausência de representatividade material (em conteúdos e linguagem) mesmo quando há uma compreensão interna da fluidez do gênero por parte dos estudantes, limita a possibilidade de existirem efetivamente na linguagem e terem seu lugar como sujeitos de gênero (Ramalho *et al.*, 2020).

A BNCC apresenta lacunas significativas na discussão de gênero e sexualidade, o que resulta em um ensino de Ciências e Biologia predominantemente tecnicista. Essa abordagem carece de compromisso com problemas sociais como a desigualdade de gênero e as violências dela decorrentes, como o feminicídio e a LGBTfobia. A BNCC é vista como um documento que reflete a visão de grupos social e economicamente privilegiados, perpetuando uma ordem alinhada ao modelo capitalista e ignorando as demandas sociais das classes desfavorecidas. A BNCC representa um retrocesso em relação a documentos curriculares anteriores, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) da década de 1990 e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de 2013. Os PCN já indicavam a necessidade de considerar as diferenças de gênero e orientação



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

sexual em sala de aula, com um PCN exclusivo para Pluralidade Cultural e Orientação Sexual. As DCN de 2013 também orientavam que a discussão de gênero fosse considerada na elaboração de projetos político-pedagógicos (Machado; Nicoli; Selles, 2019)

A BNCC limita a discussão da sexualidade exclusivamente à disciplina de Ciências, nos anos finais do Ensino Fundamental (8º ano), sem nenhuma orientação para o Ensino Médio. As habilidades propostas são esvaziadas, focando majoritariamente em questões como gravidez na adolescência e prevenção de doenças, com um enfoque predominantemente biológico. Além disso, utiliza o termo desatualizado "Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST)" em vez de "Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST)", o que demonstra falta de atualização e compromisso com o tema. A abordagem é considerada superficial e não avança em relação ao que já era proposto em documentos anteriores (Machado; Nicoli; Selles, 2019).

A responsabilidade dos professores de Ciências e Biologia é grande, pois a abordagem da sexualidade é tradicionalmente destinada a essa área. Mesmo com as lacunas da BNCC, é essencial que não aceitem que essas temáticas sejam preteridas ou abordadas superficialmente. A escola, como um dos principais locais de convivência fora da família, tem a função de promover o respeito às diferenças e ser um espaço de exercício constante da cidadania. Ignorar esses problemas sociais, especialmente em um país com altos índices de violência e discriminação contra mulheres e a comunidade LGBTQIA+, não é o caminho (Machado; Nicoli; Selles, 2019).

Apesar do predomínio das abordagens biologicistas e médicas, há um reconhecimento crescente, por parte dos futuros docentes, da necessidade de tratar o corpo e a sexualidade a partir das vivências e experiências dos alunos, buscando articular o biológico ao cultural. Propõe-se o uso de atividades introdutórias com perguntas, jogos, filmes, dinâmicas em grupo e produção de cartazes para tornar a aprendizagem mais "significativa" ao se associar a elementos da vida cotidiana dos alunos. Embora as explicações finais ainda se baseiem na biologia, a percepção de que o funcionamento do corpo se produz e está imbricado na interrelação com o meio, e a entrada de teorizações biossociais, mesmo que tímidas, geram dúvidas e desconfortos em relação às abordagens instituídas, indicando o surgimento de novas possibilidades (Xavier; Dias, 2023).



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A práxis sobre a temática gênero no ambiente escolar pode estar sendo prejudicada pelo fato de haver professores inseguros e despreparados, muitas vezes por uma formação inicial insuficiente ou limitada na temática de gênero. Os conhecimentos teórico e prático, articulados, potencializam relações humanas e justas, sobretudo, no que se refere às diferenças de gênero, de sexualidade, de classe, de etnia e de religião nas escolas. Mas nem todos reconhecem a necessidade de dialogar sobre esses conteúdos na formação, tampouco no trato didático, revelando que gênero e sexualidade são temáticas geradoras de tensões, conflitos e relações de poder (Santos, 2022).

A incorporação da Educação Sexual no currículo de Biologia pode promover qualidade na formação dos licenciandos ao possibilitar a problematização de discursos biologicistas e essencialistas sobre sexualidade, gênero e corpo, o que favorece uma visão mais crítica e pluralizada. Os futuros professores precisam ter contato com diferentes modos de compreensão conceitual e político sobre esses temas, bem como aprender a realizar práticas pedagógicas com o objetivo de desnaturalizar e subverter as correções normativas e binárias relativas às identidades e expressões de gênero. A Educação Sexual deve atuar como um instrumento de resistência, ampliando as inteligibilidades e promovendo uma formação docente comprometida com a vida, a democracia e a diversidade (Souza; Dornelle; Meyer, 2021).

A formação de professores de Biologia deve proporcionar uma práxis que inclua a diversidade de gênero, o questionamento dos currículos tradicionais, promoção de diálogos críticos, desmistificação de conceitos de sexo e gênero, e abordagem de temas sobre sexualidades e identidades não-binárias. Além disso, deve promover manifestações culturais dos estudantes, criando um ambiente mais inclusivo, crítico e respeitoso às diferenças (Castro; Reis, 2019).

A práxis deve proporcionar compreender gênero como ferramenta teórica e política na reflexão a respeito das subalternidades, fazendo-se da escola um espaço promissor para uma educação em sexualidade (Borges; Rossi, 2019; Pereira, Pereira e Feldens, 2021). Por isso as licenciaturas devem incluir em seus currículos a perspectiva histórica e sociocultural da sexualidade e do gênero (Soares; Monteiro, 2019).

O estudo sobre gênero e sexualidade produzido nas universidades e centros de pesquisa é autoexplicativo, mas ao ser tratado na escola terá de ser mediado para fins de transmissão, com linguagem adequada ao público escolar. Nesse processo de adequação, o conhecimento científico



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

modifica-se, de tal forma que o discurso pedagógico de ciências não se confunde com o discurso científico (Bernstein, 1996). (Galian, 2011). Por isso a necessidade da temática no currículo da formação inicial de professores.

A formação de professores deve ser mais crítica e reflexiva, incluindo conteúdos e metodologias que promovam o debate, a compreensão da diversidade e o combate às discriminações. Assim, a escola poderia se tornar um espaço mais acolhedor e democrático, capaz de formar estudantes mais conscientes, respeitosos e abertos às diferenças.

Que este artigo possa contribuir para com a discussão crítica da temática de gênero e sexualidade no cotidiano escolar, a qual tem uma práxis pouco efetiva e continuada, tendo em vista uma formação inicial e continuada insuficiente, a qual contribui para um entendimento superficial e distante da vida dos estudantes. Além disso, faz-se necessário dialogar sobre os obstáculos (fatores pedagógicos, culturais, religiosos, institucionais e sociais) que tornam o tema de gênero e sexualidade um desafio constante na formação e na prática docente.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Livia de Rezende; GUARANY, Ann Letícia Aragão; UNGER, Lynna Gabriella Silva; PIRES, Manuella de Aragão. Gênero em políticas públicas de educação e currículo: do direito às invenções. **Revista e-Curriculum**, v. 17, n. 4, p. 1458-1479, 2019.

CASTRO, Roney Polato de; REIS, Neilton dos. “Eu comecei a dar uma aula mais biológica mesmo, porque é bem polêmico”: “Currículo de Ciências e Biologia e os atravessamentos de diversidade sexual e de gênero”. **Ensino Em Re-Vista**, Uberlândia, v. 26, n. 1, p. 16-39, jan./abr. 2019.

ECHALAR, Adda Daniela Lima Figueiredo; PARANHOS, Rones de Deus; GUIMARÃES, Simone Sendin Moreira. A formação de professores de Biologia no contexto das pesquisas acadêmicas brasileiras. **Revista de Educação Pública**, v. 29, p. 1-24, jan./dez. 2020.

MACEDO, Liliane Oliveira; CARDOSO, Berta Leni Costa. Sexualidade e relações de gênero na formação de professores. **Humanidades & inovação**, v. 8, n. 40, p. 159-170, 2021.

MACHADO, Luisa; NICOLI, Juliana Stein; SELLES, Sandra Escovedo. Diferença na Base Nacional Comum Curricular: entre espaços públicos e interesses privados. **Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências–XII ENPEC**, v. 12, 2019.

MEC. **Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de Maio de 2024**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-4-de-29-de-maio-de-2024-563084558> Acesso em: 16 de junho 2025.

MORANDO, André; SOUZA, Nadia Geisa Silveira de. Corpo, sexualidade e gênero: verdades imbricadas ao ensino de ciências e de biologia. **Diversidade e Educação**, v. 7, n. 1, p. 227-243, 2019.

NÓVOA, António. Formação de professores: Uma terceira revolução? **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 67, p. 1-14, 2024.

RIOS, P. P. S., & DIAS, A. F. (2020). Currículo, diversidade sexual e de gênero: tecendo reflexões sobre a formação docente. **Research, Society and Development**, 9(10), e1999107573.

SÁ-SILVA, J. R.; DE ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, São Leopoldo, RS, Ano 1, n. 1, p. 1-14, Julho, 2009.

SANTOS, Cristiano Figueiredo dos; SANTOS, Rosimeire Martins Regis dos. Desafios na formação docente em diversidade sexual. **Educação: Teoria e Prática**/ Rio Claro, SP/ v. 29, n.60/ p. 140-161/ JANEIRO-ABRIL. 2019. eISSN 1981-8106

SANTOS, Maria do Carmo Gonçalo. Didática, gênero, sexualidade: contribuições à formação docente. **Revista Tópicos Educacionais**, vol. 28, núm. 2, 2022, pp. 20-44. Centro de Educação - CE - Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. DOI: <https://doi.org/10.51359/2448-0215.2022.251024>

SILVA, Daniela Grieco Nascimento e; DUARTE, Gustavo de Oliveira. Gênero e educação: dissidências, resistências e transgressões. **Periódico Horizontes**, v. 39, n. 1, p. [páginas], 2023. DOI: <https://doi.org/10.24933/horizontes.v39i1.857>

SILVA, Julia Dionísio Cavalcante da. **Gênero no ensino de ciências e biologia: o que dizem professoras e professores?** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

SOUZA, Elaine de Jesus; DORNELLE, Priscila Gomes; MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. Corpos que desassossegam o currículo de biologia: (des)classificações acerca de sexualidade e gênero. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 278-300, jan/mar 2021.

VENCATO, A. P. Estereótipos acerca de modelos não tradicionais de família em um curso de formação docente. **Áskesis**, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 9-22, 2015.

VIANA, Bruna Peres; PASTORIZA, Bruno. Diversidade sexual e de gênero na escola: revisando discussões no Ensino de Ciências. **Revista Educar Mais**, v. 4, n. 2, p. 394-409, 2020. DOI: 10.15536/reducarmais.4.2020.394-409.1826.



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

VICENTE, Luciane da Silva, et al. A Educação Sexual nas diferentes versões da Base Nacional Comum Curricular: da abertura ao silenciamento em torno da temática. **Educ. rev.** 40, 2024.

XAVIER, Mariana Nô; DIAS, Viviane Borges. Gênero e sexualidade no ensino de Ciências e Biologia: uma análise da BNCC. **Com a Palavra, o Professor**, v. 8, n. 21, p. 107-130, 2023.